

Edição nº 54 – 6 a 10 de novembro

SENADO ALTERA PROJETO DE REGULAMENTAÇÃO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS

Na última terça-feira (31 de outubro), o Plenário do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 28/2017, que regulamenta o transporte remunerado privado individual de passageiros (serviços como Uber, Cabify e similares). O texto da Câmara (Projeto de Lei nº 5.587/2016), que previa obrigações consideradas severas pelos aplicativos, foi abrandado pelo Senado.

Um dos pontos mais controversos era a obrigatoriedade de os veículos possuírem placa vermelha e autorização da respectiva prefeitura para circular, de forma similar ao que já ocorre com os táxis. Essa obrigação, que constava do texto aprovado na Câmara em abril de 2017, foi removida do relatório aprovado no Senado. De acordo com o texto aprovado no Senado, caberá aos municípios apenas fiscalizar o serviço, e não mais regulá-lo.

O texto também foi alterado quanto à natureza da atividade. Para a Câmara dos Deputados, o transporte remunerado privado individual de passageiros deveria ser classificado como serviço público, o que conferiria ao Estado maior ingerência sobre a atividade. Os senadores, por sua vez, entenderam que não se trata de serviço público, excluindo tal dispositivo do projeto.

Outra alteração relevante refere-se à propriedade dos veículos. Os deputados entendiam que o veículo, obrigatoriamente, deveria estar registrado no nome do motorista, seja como proprietário, seja

como arrendatário ou fiduciante. Já o texto aprovado no Senado permite que os veículos utilizados na prestação do serviço sejam de titularidade de qualquer pessoa, o que possibilita a prestação do serviço com veículos alugados ou até mesmo emprestados.

Os aplicativos terão a obrigação de contribuir com os municípios na fiscalização da atividade enviando a base de dados de motoristas cadastrados, conforme expôs o senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), relator de Plenário da matéria.

Um abaixo-assinado contra o texto aprovado na Câmara, com 77.900 páginas, que havia sido entregue aos senadores em 10 de outubro, foi apensado ao PLC nº 28/2017.

A votação foi marcada por diversas manifestações em várias capitais brasileiras, tanto por parte de taxistas quanto de motoristas dos aplicativos. Em Brasília, houve princípio de confronto na Esplanada dos Ministérios e confusão dentro do Congresso.

O projeto tramitava em regime de urgência no Senado Federal e, portanto, recebeu parecer direto em Plenário, em substituição às Comissões competentes. Agora, o texto retornará à Câmara dos Deputados, que deliberará sobre as mudanças propostas pelo Senado Federal. Se for aprovado, será remetido ao presidente da República para sanção ou veto.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (visconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

COMISSÃO DA CÂMARA APROVA NOVA REGRA DE ENQUADRAMENTO NO REGIME SIMPLIFICADO DE PUBLICIDADE PARA SOCIEDADES ANÔNIMAS DE CAPITAL FECHADO

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS) da Câmara aprovou, na última terça-feira, o PL nº 7.609/2017, originário do Senado Federal, de autoria do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), que altera a Lei das Sociedades por Ações, ampliando de R\$ 1 milhão para R\$ 10 milhões o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado se enquadre no regime simplificado de publicidade de atos societários. O PL, aprovado nos termos do parecer do relator na CDEICS, deputado Walter Ihoshi (PSD-SP), ainda deverá ser submetido às Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara.

COMISSÃO APROVA APLICAÇÃO DA LEI ROUANET A EMPRESAS TRIBUTADAS PELO LUCRO PRESUMIDO

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira (31), um substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.737/2015, de autoria da deputada Renata Abreu (PTN-SP), que autoriza o aproveitamento dos incentivos fiscais a projetos culturais da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991) pelas empresas optantes pelo lucro presumido na apuração do imposto de renda. No regime atual, somente as empresas que tenham optado pelo cálculo do imposto de renda pelo lucro real é que podem se valer da utilização dos benefícios previstos na Lei Rouanet. O relator da matéria na CFT e autor do substitutivo, deputado Aluísio Mendes (PODE-MA), enfatizou em seu relatório que não há motivo que justifique a restrição a essas empresas, e que a colaboração delas ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) é de fundamental importância. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Cultura e agora segue à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Por estar tramitando em regime conclusivo, se aprovado pela CCJC, o projeto segue ao Senado Federal para deliberação.

COMISSÃO REJEITA PROJETO SOBRE COBRANÇA DO ISS NA LOCALIDADE EM QUE ESTIVER ESTABELECIDO O PRESTADOR DO SERVIÇO OU ONDE ELE ESTIVER DOMICILIADO

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira (31), o parecer do deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) contra o Projeto de Lei Complementar nº 234/2012, de autoria do deputado Laércio Oliveira (PR-SE), que altera a Lei Complementar nº 116/2003 para determinar que o Imposto Sobre Serviços (ISS) será devido, no caso de prestação de serviço com mão de obra avulsa ou temporária, na localidade em que estiver estabelecido o prestador do serviço ou onde ele estiver domiciliado. Conforme justifica o autor, atualmente o imposto é devido no local em que o tomador da mão de obra é domiciliado ou possui estabelecimento, o que, em sua visão, dificulta a definição da alíquota, aumenta o risco da atividade e encarece o serviço. O deputado Izalci apresentou relatório pela rejeição da proposta, sob a justificativa de que a medida prejudicaria os pequenos municípios, uma vez que grande parte das empresas estão sediadas em municípios grandes ou onde a alíquota do imposto é menor. O projeto segue agora à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e ainda está sujeito à apreciação pelo Plenário da Casa.

CÂMARA APROVA INCENTIVO FISCAL NO SETOR AGRÍCOLA PARA UTILIZAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

Na última quarta-feira, a Comissão de Minas e Energia (CME), da Câmara dos Deputados, aprovou o PL nº 6.325/2016, que altera a Lei da Política Agrícola para incluir o incentivo à aquisição de equipamentos que utilizem a energia solar, energia eólica ou biomassa, para a produção de energia limpa e sustentável, através de linhas de crédito diferenciadas. Agora, o PL será analisado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara
PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara
PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado
PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado
MP: Medida Provisória
PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara
PRS: Projeto de Resolução do Senado
PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara
PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado
PFC: Proposta de Fiscalização e Controle
RCP: Requerimento de Constituição de CPI
REQ: Requerimento
VET: Veto

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DA MP Nº 793/ 2017

06/11/2017, às 14h

Reunião para apreciação de relatório da MP nº 793/2017, que institui o Programa de Regularização Tributária Rural perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA)

07/11/2017, às 11h

Reunião para revisar a política de importação de lácteos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

08/11/2017, às 10h

PEC nº 25/2013, que dispõe sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos.

Relator: sen. Romero Jucá (PMDB-RR)

Relatório: favorável, com emendas.

PLS nº 498/2013, que veda, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação.

Relator: sen. Eduardo Amorim (PSDB-SE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

06/11/2017, às 16h

PLV nº 38/2017, originário da MP nº 789/2017, que altera a forma de cálculo da receita decorrente da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

Relator: dep. Marcus Pestana (PSDB-MG)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLV nº 37/2017, originário da MP nº 791/2017, que cria a Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral.

Relator: dep. Leonardo Quintão (PMDB-MG)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)

08/11/2017, às 14h

PL nº 4.547/2016, que regula a importação de carnes e derivados.

Relator: dep. Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

08/11/2017, às 10h

PL nº 5.203/2016, que altera o Marco Civil da Internet determinando a indisponibilidade de cópia idêntica de conteúdo já reconhecido como ilegal, sem a necessidade de nova ordem judicial.

Relator: dep. Sandro Alex (PSD-PR)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

FIQUE DE OLHO

PLV nº 36/2017, originário da MP nº 795/2017, que dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

Relator: dep. Julio Lopes (PP-RJ)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLV nº 39/2017, originário da MP nº 790/2017, que altera o Código de Mineração.

Relator: não designado

Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

07/11/2017, ÀS 10H

PEC nº 181/2012, que estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos.

Relator: dep. Rogério Rosso (PSD-DF)

Relatório: pela admissibilidade.

PEC nº 97/2015, que transforma o potencial de energia eólica em patrimônio da União, ensejando o pagamento de royalties pela sua exploração.

Relator: dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)

Relatório: pela admissibilidade.

PEC nº 308/2017, que torna obrigatória a instauração de procedimento de transição administrativa após a eleição do presidente da República, dos governadores dos estados e do Distrito Federal e dos prefeitos municipais.

Relator: dep. Aureo (SD-RJ)

Relatório: pela admissibilidade.

PLP nº 1/2015, que institui o seguro obrigatório de responsabilidade civil das empresas, dos proprietários e dos promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares, por riscos ou acidentes que possam ocorrer com a realização dos eventos por eles promovidos.

Relator: dep. Fábio Sousa (PSDB-GO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 3.456/2004, que acrescenta dispositivos à Lei Ferrari para estabelecer prazo para realização de convenções econômicas dos produtores e distribuidores de veículos e facultar a utilização de arbitragem.

Relator: dep. Juscelino Filho (DEM-MA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 6.488/2016, que altera a Lei do Petróleo para disciplinar o repasse de recursos obtidos com royalties e participação especial entre a União e os demais entes federados.

Relator: dep. Sergio Zveiter (PODE-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

08/11/2017, ÀS 9H30

PL nº 3.536/2012, que estabelece que as fabricantes de produtos eletrodomésticos e eletroeletrônicos deverão colocar em seus aparelhos sistema automático de tensão compreendido entre 110 e 220 volts.

Relator: dep. Chico Lopes (PCdoB-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 7.263/2017, que altera a Lei Geral de Telecomunicações para coibir a comercialização de pacotes fechados de serviços de telecomunicações.

Relator: dep. Moses Rodrigues (PMDB-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

08/11/2017, ÀS 9H30

PL nº 3.406/2015, do Senado Federal, que altera a Lei de Propriedade Industrial para, entre outras medidas, definir o prazo máximo de 180 dias para conclusão do exame do pedido de patente.

Relator: dep. Laercio Oliveira (SD-SE)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

09/11/2017, ÀS 10H

PL nº 2.892/2011, que dispõe sobre aprimoramento das regras que regem as Parcerias Público-Privadas.

Relator: dep. Lindomar Garçon (PRB-RO)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 4.707/2012, que regulamenta o funcionamento das agências classificadoras de risco (agências de rating) no Brasil e estabelece a responsabilidade civil e penal pela emissão de classificação de riscos.

Relator: dep. Lucas Vergilio (SD-GO)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 409/2015, que institui isenção da contribuição para o PIS/PASEP, COFINS e CIDE-Combustíveis incidente sobre o óleo diesel utilizado na agricultura e pecuária e nos transportes de passageiros e de cargas.

Relator: dep. Fernando Monteiro (PP-PE)

Relatório: pela rejeição.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)

08/11/2017, ÀS 10H

PL nº 4.663/2016, que dispõe sobre a exploração e produção de acumulações marginais de petróleo e gás natural por produtores independentes.

Relator: dep. Roberto Sales (PRB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

PL nº 5.186/2016, que institui o Cadastro de Crimes contra o Meio Ambiente para vedar às pessoas jurídicas inscritas nesse Cadastro o recebimento de financiamentos e incentivos governamentais e a contratação com o poder público.

Relator: dep. Waldenor Pereira (PT-BA)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA (CME)
08/11/2017, ÀS 9H30

PL nº 2.987/2015, que altera a Lei das Concessões e Permissões de Serviços Públicos para ampliar o mercado livre de energia, com redução dos requisitos necessários para que os consumidores tenham liberdade de escolher os seus respectivos fornecedores.

Relator: dep. Antônio Carlos Mendes Thame (PV-SP)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 8.178/2017, que isenta da contribuição para o PIS e para a COFINS a receita bruta auferida com a produção, a importação ou a comercialização de óleo diesel e suas correntes.

Relator: dep. Dagoberto Nogueira (PDT-MS)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)
08/11/2017, ÀS 14H

PL nº 7.688/2017, que altera a Lei das Organizações Criminosas para vedar ao colaborador ou terceiro a ele associado, no curso ou após a homologação da colaboração premiada, obter benefícios econômicos de qualquer natureza resultantes da informação privilegiada produzida no procedimento.

Relator: dep. Rocha (PSDB-AC)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.877/2017, que altera a Lei dos Crimes de Lavagem de Dinheiro para autorizar que o Conselho Monetário Nacional estabeleça valores máximos para a realização de transações financeiras em dinheiro, bem como para determinar que as transações financeiras que ultrapassarem tais limites sejam realizadas por meio eletrônico.

Relator: dep. Delegado Waldir (PR-GO)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)
08/11/2017, ÀS 9H30

PL nº 4.815/2009, que altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar a comercialização de brinquedos ou brindes junto de alimentos e bebidas.

Relatora: dep. Benedita da Silva (PT-RJ)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
08/11/2017, ÀS 10H

PL nº 6.050/2016, que altera a Consolidação das Leis Trabalhistas para determinar que o empregador aplique sem distinção as normas de medicina e de segurança do trabalho aos trabalhos exercidos em ambiente fechado e externo.

Relatora: dep. Flávia Moraes (PDT-GO)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

